



2º Simulado

Cartórios TJ SP

Simulado Especial

Simulado de Reta Final TJ-SP Cartórios

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-SP para Cartórios;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Cartório-SP-19-12>

01 – A B C D
02 – A B C D
03 – A B C D
04 – A B C D
05 – A B C D
06 – A B C D
07 – A B C D
08 – A B C D
09 – A B C D
10 – A B C D
11 – A B C D
12 – A B C D
13 – A B C D
14 – A B C D
15 – A B C D
16 – A B C D
17 – A B C D
18 – A B C D
19 – A B C D
20 – A B C D

21 – A B C D
22 – A B C D
23 – A B C D
24 – A B C D
25 – A B C D
26 – A B C D
27 – A B C D
28 – A B C D
29 – A B C D
30 – A B C D
31 – A B C D
32 – A B C D
33 – A B C D
34 – A B C D
35 – A B C D
36 – A B C D
37 – A B C D
38 – A B C D
39 – A B C D
40 – A B C D

41 – A B C D
42 – A B C D
43 – A B C D
44 – A B C D
45 – A B C D
46 – A B C D
47 – A B C D
48 – A B C D
49 – A B C D
50 – A B C D
51 – A B C D
52 – A B C D
53 – A B C D
54 – A B C D
55 – A B C D
56 – A B C D
57 – A B C D
58 – A B C D
59 – A B C D
60 – A B C D

61 – A B C D
62 – A B C D
63 – A B C D
64 – A B C D
65 – A B C D
66 – A B C D
67 – A B C D
68 – A B C D
69 – A B C D
70 – A B C D
71 – A B C D
72 – A B C D
73 – A B C D
74 – A B C D
75 – A B C D
76 – A B C D
77 – A B C D
78 – A B C D
79 – A B C D
80 – A B C D

81 – A B C D
82 – A B C D
83 – A B C D
84 – A B C D
85 – A B C D
86 – A B C D
87 – A B C D
88 – A B C D
89 – A B C D
90 – A B C D
91 – A B C D
92 – A B C D
93 – A B C D
94 – A B C D
95 – A B C D
96 – A B C D
97 – A B C D
98 – A B C D
99 – A B C D
100 – A B C D

TEORIA GERAL DOS ATOS NOTARIAIS E REGISTRAIS

Juliana Chevônica

01. De acordo com o que dispõem as Normas de Serviço dos Cartórios Extrajudiciais da Corregedoria Geral da Justiça do TJSP sobre a outorga a investidura e o exercício da delegação, assinale a alternativa correta.

- a) Não ocorrendo a investidura no prazo marcado, será tornada sem efeito a outorga da delegação por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.
- b) Se o exercício não ocorrer no prazo legal, a investidura e a outorga da delegação serão tornadas sem efeito pelo Presidente do Tribunal de Justiça. Se for o caso de remoção, a ineficácia afeta apenas a nova delegação, revigorando a antiga.
- c) O exercício da atividade notarial ou de registro terá início dentro de trinta dias contados da investidura, prorrogáveis por igual período.
- d) A investidura em nova delegação exige prévia renúncia à delegação anterior.

02. A respeito da figura do interventor, assinale a alternativa incorreta.

- a) Considerando ser o interventor responsável pelo serviço extrajudicial, é o responsável pelas decisões referentes ao tratamento dos dados pessoais.
- b) Quando interventor estiver à frente da serventia, eventual estabelecimento de atividades em regime de teletrabalho deve ser autorizado pelo Juiz Corregedor Permanente.
- c) Quando situação que requeira apuração de eventual infração disciplinar for punível, em tese, com perda da delegação, o juízo competente, ao instaurar processo disciplinar, poderá suspender o notário ou oficial de registro até a decisão final, por decisão fundamentada, e designar interventor.

d) É possível nomear interventor quando for necessária apuração de faltas, mas isso não se aplica à conveniência dos serviços.

03. Em relação às regras cujo conteúdo é o acervo, de acordo com o Código de Normas de Serviço destinadas ao foro extrajudicial do Estado de São Paulo, é incorreto afirmar:

- a) Os livros e papéis pertencentes ao acervo do cartório ali permanecerão enquanto durarem os prazos de arquivamento fixados em lei ou norma.
- b) A locação de bens móveis utilizados para a prestação do serviço, incluídos os destinados à guarda de livros, equipamentos e o restante do acervo da serventia são consideradas despesas passíveis de lançamento no Livro Registro Diário da Receita e da Despesa.
- c) O acervo deve sempre permanecer sob a guarda do titular e de seu substituto os quais devem permanentemente zelar por sua ordem, segurança e conservação.
- d) Os livros de registro e as fichas que os substituam compõem o acervo e somente sairão do respectivo cartório mediante autorização judicial.

04. Sobre a reabilitação aplicável a notários e registradores, com base no Provimento n. 56/2019 do TJSP, é correto afirmar:

- a) A reabilitação alcançará tão somente a pena disciplinar de repreensão, assegurando-se ao punido o sigilo dos registros sobre o procedimento ultimado e a condenação.
- b) É requisito da concessão de reabilitação o decurso do prazo de três anos do cumprimento da pena.
- c) A reabilitação será requerida pelo interessado diretamente ao órgão administrativo perante o qual foi interposto eventual recurso; do contrário, ao órgão perante o qual foi imposta a pena disciplinar em grau originário.
- d) A reabilitação perderá sua eficácia se o reabilitado sofrer nova condenação.

05. A respeito das disposições contidas na Lei n. 8.935/1994, é incorreto afirmar:

- a) Ao concurso de remoção somente serão admitidos titulares que exerçam a atividade por mais de dois anos.
- b) Como política de segurança da informação, os serviços notariais e registrais deverão atender a normas de interoperabilidade, legibilidade e recuperação a longo prazo na prática dos atos e comunicações eletrônicas.
- c) O exercício da atividade notarial e de registro é incompatível com o da advocacia, o da intermediação de seus serviços ou o de qualquer cargo, emprego ou função públicos, exceto os em comissão.
- d) Os substitutos poderão, simultaneamente com o notário ou o oficial de registro, praticar todos os atos que lhe sejam próprios exceto, nos tabelionatos de notas, lavrar testamentos.

06. Dentre as vedações impostas a notários e registradores, é incorreto afirmar:

- a) Na escrituração, é vedado o uso de borracha, detergente ou raspagem por qualquer meio, mecânico ou químico.
- b) É vedado manter livro sem escrituração desde longa data enquanto novos são abertos e escriturados
- c) É vedado aos serviços notariais e de registro receber das partes qualquer vantagem referente à sessão de conciliação ou de mediação, inclusive valores relativos a despesas de notificação, uma vez que esta compete às partes.
- d) É vedado cobrar emolumentos em decorrência da prática de ato de retificação ou que teve de ser refeito ou renovado em razão de erro imputável aos respectivos serviços notariais e de registro.

07. A respeito da conciliação e da mediação extrajudiciais, é incorreto afirmar:

- a) Os serviços notariais e de registro realizarão sessões não remuneradas de conciliação e de mediação para atender demandas de gratuidade, como contrapartida da autorização para prestar o serviço.
- b) É vedado aos serviços notariais e de registro estabelecer, em documentos por eles expedidos, cláusula de compromisso de conciliação ou de mediação extrajudicial.
- c) O dever de confidencialidade aplica-se ao conciliador, ao mediador, às partes, a seus prepostos, advogados, assessores técnicos e a outras pessoas que tenham, direta ou indiretamente, participado dos procedimentos.
- d) Não será protegida pela regra de confidencialidade a informação relativa à ocorrência de crime.

08. A Lei n. 13.709/2018 dispõe sobre o tratamento e proteção de dados pessoais (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados). Os códigos de normas destinadas ao foro extrajudicial dos Estados têm reforçado essas determinações. A respeito do que dispõe o TJSP sobre esse assunto, assinale a alternativa incorreta:

- a) O tratamento de dados pessoais destinado à prática dos atos inerentes ao exercício dos respectivos ofícios será promovido de forma a atender à finalidade da prestação do serviço, na persecução do interesse público, e com os objetivos de executar as competências legais e desempenhar atribuições legais e normativas dos serviços públicos delegados.
- b) Cada unidade dos serviços extrajudiciais de notas e de registro deverá manter um encarregado que atuará como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- c) O tratamento de dados pessoais destinados à prática dos atos inerentes ao exercício dos ofícios notariais e registrais, ainda que no cumprimento de obrigação legal ou normativa, depende de autorização específica da pessoa natural que deles for titular.
- d) A nomeação de encarregado não afasta o dever de atendimento pelo responsável pela delegação dos

serviços extrajudiciais de notas e de registro, quando for solicitado pelo titular dos dados pessoais.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

Paloma Berttotti

09. Os registros das sentenças declaratórias de reconhecimento, dissolução e extinção, bem como das escrituras públicas de contrato e distrato envolvendo união estável, serão feitos no Livro “E”, pelo Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais da Sede, ou onde houver, no 1º Subdistrito da Comarca em que os companheiros têm ou tiveram seu último domicílio. A respeito das regras contidas no Provimento 37/2014-CNJ é correto afirmar:

- a) No registro deverá constar obrigatoriamente o regime de bens dos companheiros;
- b) É exigível o prévio registro da união estável para que seja registrada a sua dissolução, devendo, nessa hipótese, constar do registro somente a data da escritura pública de dissolução;
- c) Não poderá ser promovido o registro, no Livro E, de união estável de pessoas casadas, ainda que separadas de fato, exceto se separadas judicialmente ou extrajudicialmente, ou se a declaração da união estável decorrer de sentença judicial transitada em julgado;
- d) O Oficial não deverá anotar o registro da união estável nos atos anteriores ou comunicá-lo a outro Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais pois o registro não visa conferir publicidade.

10. Sobre a especialidade de Registro Civil das Pessoas Naturais de acordo com CN/SP é incorreto afirmar:

- a) Os reconhecidamente pobres, cujo estado de pobreza será comprovado por declaração do próprio interessado ou a rogo, sob pena de responsabilidade civil e criminal, estão isentos de pagamento de emolumentos pela habilitação de casamento, pelo registro e pela primeira certidão, assim como pelas demais certidões extraídas pelos Registros Cíveis das

Pessoas Naturais, não podendo o Oficial solicitar documentos comprobatórios em caso de dúvida quanto à declaração prestada.

- b) Os documentos pendentes de retirada permanecerão à disposição dos usuários pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão, sob pena de inutilização sem prévia reprodução.
- c) Os Oficiais deverão observar, rigorosamente, sob pena de responsabilidade, sua competência territorial.
- d) Nas hipóteses de gratuidade, deverá constar na certidão a expressão: “isenta de emolumentos.

11. Determina o item 6 do Cap. – XVII do CN/SP que “Fica instituída a Central de Informações do Registro Civil - CRC, disponível por meio da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados da ARPEN-SP - Central ARPEN-SP, publicada sob o domínio <https://sistema.arpensp.org.br>, desenvolvida, mantida e operada, perpétua e gratuitamente pela Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo (ARPEN-SP)”. No tocante ao prazo para a carga dos registros e alterações no sistema, este deverá ser de:

- a) Até o 10º dia do mês subsequente ao registro e alteração.
- b) Até 10 dias contados da data da lavratura do ato e alteração.
- c) Até o 15º dia do mês subsequente ao registro e alteração.
- d) Até 15 dias contados da data da lavratura do ato e alteração.

12. O Provimento 63/2017-CNJ determinou a inclusão do número do CPF no artigo 6º que dispõe: “O CPF será obrigatoriamente incluído nas certidões de nascimento, casamento e óbito.” Diante da previsão legal sobre a inserção do CPF, é correto afirmar que:

a) Se o sistema para a emissão do CPF estiver indisponível, o registro será obstado até que ocorra o restabelecimento do sistema.

b) Nos assentos de nascimento, casamento e óbito lavrados em data anterior à vigência do Provimento 63 da Corregedoria Nacional de Justiça - CNJ, poderá ser averbado o número de CPF, após satisfeitos os emolumentos os emolumentos.

c) No casamento, os números dos CPF dos contraentes deverão obrigatoriamente ser integrados em uma única averbação.

d) À exceção da primeira certidão, as demais deverão considerar, para fins de cálculo dos emolumentos, conforme item 12 da Tabela V da Lei Estadual 11.331/2002, de 26/12/2002, a averbação do CPF.

13. A emissão de certidão em inteiro teor depende de requerimento escrito com firma reconhecida do requerente, que será dispensada quando o requerimento for firmado na presença do Oficial ou de preposto, inclusive via Central de Informações do Registro Civil – CRC. Além do previsto no enunciado, são requisitos das certidões em inteiro teor dentro do Estado de São Paulo, exceto:

a) Nos casos em que conste à margem do assento averbação de adoção simples efetivada antes da entrada em vigor do Código Civil de 2002, deverá o Oficial de Registro das Pessoas Naturais emitir certidão de inteiro teor para que possa ser reconhecida a relação de parentesco entre o adotado e o adotante.

b) Nas certidões de registro civil em geral, inclusive as de inteiro teor, requeridas pelos próprios interessados, seus representantes legais e mandatários com poderes especiais, em qualquer hipótese, serão expedidas independentemente de autorização do Juiz Corregedor Permanente.

c) Os requerimentos poderão ser recepcionados ainda por e-mail, desde que assinados digitalmente, nos padrões da ICP Brasil, cuja autenticidade e integridade serão conferidas no verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.

d) O requerimento deverá conter a identificação do requerente, o motivo em virtude do qual se requer a certidão sob a forma de inteiro teor e o grau de parentesco com o registrado, caso exista.

14. O nascimento será dado a registro no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar de residência dos pais. Acerca das regras do registro de nascimento conforme norma Estadual, é correto afirmar que:

a) Os registros fora do prazo serão efetuados no Registro Civil das Pessoas Naturais do lugar da residência do interessado.

b) Em caso de natimorto, obrigatório a atribuição de nome, o registro será efetuado no livro “C”, dispensando o assento de nascimento.

c) O Oficial deverá evitar os registros suscetíveis de expor a ridículo seus portadores, e, se houver insistência do interessado, submeterá o caso ao Juiz Corregedor Permanente, mediante a cobrança de emolumentos referente à diligência.

d) Deverão ser adotados sobrenomes de ambos os pais, em qualquer ordem, permitida intercalação.

15. Sobre o expediente ao público no Estado de São Paulo, pode-se afirmar que:

a) Na Comarca da Capital, os Registros Cíveis das Pessoas Naturais funcionarão das 9:00 às 17:00 horas nos dias úteis, e das 9:00 às 12:00 horas aos sábados, domingos e feriados.

b) Nos dias em que o sábado anteceder ou suceder feriados prolongados, o funcionamento é obrigatório, podendo ser dispensado mediante autorização do Juiz Corregedor Permanente.

c) Consideram-se inválidos os atos de Registro Civil das Pessoas Naturais lavrados fora das horas regulamentares.

d) Nas demais Comarcas do Estado poderá haver horário diferenciado do da capital que, por portaria do Juiz Corregedor Permanente, for mais consentâneo com as necessidades e costumes locais,

inclusive quanto à conveniência de expediente aos sábados.

16. Os casamentos gratuitos coletivos ou denominados comunitários serão realizados em caráter excepcional e desde que haja viabilidade econômico-financeira para seu ressarcimento, conforme declaração da Comissão Auxiliar da Entidade Gestora do Fundo de Ressarcimento dos atos gratuitos do Registro Civil das Pessoas Naturais, e desde que cumpridos os requisitos no Código de Normas. O pedido para realização de casamento comunitário deverá ser dirigido ao Oficial do Registro Civil competente para habilitação dos nubentes, contento as seguintes informações, salvo:

- a) Justificativa para a realização do casamento comunitário, apontando as razões pelas quais se deve excepcionar a regra da celebração individual no caso concreto, o qual deverá ser realizado com 180 dias de antecedência da data pretendida para a celebração.
- b) Indicação dos critérios gerais utilizados para apuração da situação de hipossuficiência econômica dos nubentes.
- c) Indicação do dia, hora e local em que será realizado o casamento comunitário.
- d) Identificação das instituições responsáveis pela promoção, patrocínio e organização do casamento comunitário.

TABELIONATO DE NOTAS

Maria Dalmaz

17. O Tabelião de Notas, profissional do direito dotado de fé pública, exercerá a atividade notarial que lhe foi delegada com a finalidade de garantir a eficácia da lei, a segurança jurídica e a prevenção de litígios. De acordo com o código de normas da corregedoria geral da justiça do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta.

- a) O Tabelião de Notas, por ser de livre escolha das partes, pode desempenhar função notarial típica

fora da circunscrição territorial para a qual recebeu a delegação.

- b) Sempre que a prática de determinado negócio jurídico dispensar a forma pública, é dever do Tabelião de Notas informar acerca dessa dispensabilidade às partes interessadas.
- c) Quando o ato lavrado pelo tabelião for realizado dentro da sua circunscrição territorial, mesmo que fora da sede da serventia, não haverá necessidade de consignação no documento indicando o lugar que o ato foi praticado, bastando informar que o ato foi realizado dentro da circunscrição territorial.
- d) No processo de transferência de propriedade de veículo o ato pode ser praticado por procurador, desde que constituído por instrumento público.

18. Sobre a sistemática relativa à lavratura dos atos notariais, julgue os itens a seguir:

- I - Para a alienação (gratuita ou onerosa) de bens de menores, ainda que relativamente incapazes, por meio de escritura pública, é necessária apresentação de alvará judicial.
- II - Os atos notariais poderão ser redigidos com base na nacionalidade do requerente, cabendo ao oficial escolher o idioma que melhor atenda àquela situação.
- III - O Tabelião de Notas poderá não subscrever o ato notarial, embora já assinado pelas partes e pelos demais comparecentes, expondo, por escrito e de modo fundamentado, as suas razões.
- IV - Pelo ato notarial incompleto, serão devidos os emolumentos e custas, restando proibido o fornecimento de certidão ou traslado, salvo ordem judicial.

Está correto o que consta em:

- a) I, II e IV.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) I e IV, apenas.

19. João, pessoa física estrangeira, residente no Estado de São Paulo, portadora de RNE regular, interessado no ramo da pecuária, resolve adquirir um imóvel rural com área de 40 (quarenta) módulos, para início da sua produção. Após a decisão, procura um tabelionato de notas de sua confiança e, sabendo da qualidade dos notários de aconselhar juridicamente as partes, pede sua orientação sobre como deverá atuar junto ao INCRA. Diante dessa situação, indique a orientação correta.

- a) O tabelião deverá indicar que a aquisição por João será livre, independente de autorização ou licença do INCRA, que só deveria intervir se o imóvel possuísse área superior a 50 módulos.
- b) O tabelião deverá orientá-lo de que a aquisição do imóvel rural dependerá de autorização do INCRA, porém, não haverá necessidade de aprovação do projeto de exploração correspondente, pois a área é inferior a 50 módulos.
- c) O tabelião deverá orientá-lo de que a autorização do INCRA só é necessária quando a área a ser adquirida for indispensável à segurança nacional.
- d) O tabelião deverá orientá-lo de que a aquisição do imóvel rural dependerá de autorização do INCRA, bem como de aprovação do projeto de exploração correspondente.

20. No que diz respeito as Escrituras de Separação, Divórcio, Inventário e Partilha, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A escritura pública e os demais atos notariais relativos à separação e ao divórcio consensuais, ao inventário e à partilha serão gratuitos àqueles que se declarem pobres sob as penas da lei.
- b) Se houver partilha, prevalecerá como base para o cálculo dos emolumentos, o maior valor dentre aquele atribuído pelas partes e o venal.
- c) É necessária a presença de advogado, sendo indispensável a procuração, para a lavratura das escrituras públicas de separação e divórcio consensuais, inventário e partilha.

d) É desnecessário o registro das escrituras públicas no Livro “E” do Registro Civil das Pessoas Naturais.

21. No que diz respeito ao mandato em causa própria, é correto afirmar que:

- a) O mandato em causa própria, assim como as procurações em geral, se extingue com a morte do outorgante.
- b) A procuração em causa própria é uma modalidade especial de procuração e somente poderá ser usada com a finalidade de transmissão de bens imóveis.
- c) O mandatário, nas procurações em causa própria, está obrigado a prestar contas ao outorgante, de todos os atos que realizar, sob pena de responsabilização.
- d) O mandato conferido com a cláusula “em causa própria” deverá obedecer às formalidades especiais aplicadas ao ato.

22. No que tange aos Traslados e as Certidões nos Tabelionatos de Notas, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- () Os traslados e certidões serão impressos em papel de segurança, facultada a reprodução por mecanismos que não dificultem a visualização e a leitura do documento.
- () Via de regra, os traslados e as certidões serão fornecidas no prazo de 05 (cinco) dias, podendo o referido prazo ser prorrogado em até 10 (dez) dias, caso a serventia esteja com um grande volume de serviço.
- () As certidões de testamento seguem a regra do princípio da publicidade, podendo ser entregues a qualquer pessoa, independente do falecimento do testador, desde que requeridas por escrito.
- () É vedado, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal, a extração de traslados e certidões de atos ou termos incompletos, a não ser por ordem judicial.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

a) V-F-F-V.

b) F-V-V-V.

c) V-V-F-F.

d) F-V-V-F.

23. Sobre o tema cópias, autenticações e reconhecimento de firmas, não é correto afirmar:

a) O tabelião poderá autenticar cópias reprográficas reduzidas ou ampliadas de documentos, indicando essa situação no ato

b) Só é permitido o reconhecimento de assinatura em documentos escritos em língua estrangeira se o documento estiver vertido em vernáculo e devidamente registrada a sua tradução.

c) É vedado autenticar documentos já autenticados pelos Juízos e Tribunais.

d) Para o reconhecimento de firma por semelhança poder-se-á exigir a presença do signatário, munido do documento de identificação.

24. As Certidões e os Traslados Notariais Digitais estão cada vez mais em voga no Direito Notarial. O que se observa é uma maior facilidade na prestação do serviço, que, cada vez mais, propicia uma maior efetividade e celeridade a todos os que desejam solicitar alguma tarefa aos tabelionatos. Sobre o tema, assinale a alternativa correta no que diz respeito as certidões e aos traslados notariais digitais no Estado de São Paulo.

a) A Associação dos Notários e Registradores do Brasil é a entidade capacitada a operar o compartilhamento de serviços eletrônicos dos Tabeliães de Notas do Estado de São Paulo

b) As certidões ou traslados digitais só poderão ser disponibilizadas aos solicitantes por meio de links que possibilitem o download, não podendo ser entregues por meio de CDs, DVDs ou Pen-Drives.

c) Os documentos eletrônicos produzidos no exercício da atividade notarial deverão ser assinados com emprego de certificado digital, no padrão ICP-Brasil.

d) As certidões e traslados digitais poderão ser enviadas aos solicitantes ou aos registros de imóveis, por meio de e-mail ou outros meios diretos de transmissão, bem como despachantes ou outros prestadores de serviços eletrônicos.

TABELIONATOS DE PROTESTOS

Adriano Alvares

25. Nos termos da Lei, protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida. Assim, sobre o tema é correto afirmar:

a) A averbação de retificação de erros materiais pelo serviço deverá ser efetuada de ofício, sob responsabilidade do Tabelião de Protesto de Títulos.

b) Os títulos e documentos de dívida destinados a protesto somente estarão sujeitos a prévia distribuição obrigatória nas localidades onde houver mais de um Tabelionato de Protesto de Títulos.

c) O protesto será registrado dentro de cinco dias úteis contados da protocolização do título ou documento de dívida.

d) Não poderão ser protestados títulos e outros documentos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil, mesmo que acompanhados de tradução efetuada por tradutor público juramentado.

26. Analise as assertivas sobre o Protesto:

I – A Cédula de Crédito Bancário – CCB poderá ser protestada por indicação, devendo o credor apresentar declaração de posse da sua única via negociável, sendo vedado o protesto parcial.

II – É de inteira responsabilidade do apresentante, estabelecimento bancário ou não, o fornecimento de dados relativos às duplicatas mercantis e de prestação de serviços, as quais poderão ser protestadas por indicação, não cabendo ao tabelião verificar as formalidades do boleto que contiver as informações da indicação.

III – O cheque poderá ser apontado no lugar do pagamento ou do domicílio do emitente, sendo obrigatória a sua apresentação prévia ao banco sacado, salvo se for alegada a necessidade de fazer prova contra o próprio banco.

Aponte a alternativa correta:

- a) Somente uma alternativa.
- b) Nenhuma alternativa.
- c) Somente I e II.
- d) Somente II e III.

27. Assinale a alternativa INCORRETA a respeito de vários temas do protesto.

- a) O cancelamento do protesto fica condicionado ao prévio pagamento das custas e dos emolumentos.
- b) O título ou documento de dívida cujo protesto houver sido sustado judicialmente somente poderá ser pago, protestado ou retirado, com autorização judicial.
- c) Para os livros e documentos microfilmados ou gravados por processo eletrônico de imagens não subsiste a obrigatoriedade de sua conservação.
- d) Os mandados, os títulos e os documentos de dívida podem ser inutilizados, mediante prévia autorização, desde que conservados em imagens gravadas por processo eletrônico e decorridos 10 (dez) anos do recebimento da ordem judicial de sustação de protesto sem comunicação sobre a resolução definitiva do processo.

28. Verifique as afirmações abaixo sobre o Protesto:

- I – Subsistindo parcelas vincendas, quando do pagamento no tabelionato, dar-se-á quitação da parcela no verso do título e devolvendo-se o original ao apresentante.
- II – Os mandados judiciais de sustação de protesto deverão ser conservados, juntamente com os respectivos documentos, até solução definitiva por parte do juízo.

III – Os livros podem ser escriturados e arquivados diretamente em meio eletrônico, não sendo dispensada sua impressão em meio físico.

Aponte a alternativa correta:

- a) Somente uma alternativa.
- b) Nenhuma alternativa.
- c) Somente I e II.
- d) Somente II e III.

29. Sobre a CENPROT e o Código de Normas do TJSP, verifique as afirmações abaixo:

- () CIP permitirá a recepção de títulos e documentos eletrônicos de dívida, para fins de protesto, enviados pelo Poder Judiciário, Procuradorias, Advogados e apresentantes cadastrados.
- () CRA permitirá a recepção de declaração eletrônica de anuência, para fins de cancelamento de protesto e a recepção de solicitação eletrônica de cancelamento de protesto.
- () CERTPROT permitirá a recepção de pedidos de certidão de protesto das serventias do Estado de São Paulo; e a disponibilização de certidão eletrônica de protesto para download, em ambiente seguro, e de meio de confirmação de sua autenticidade.

Aponte a sequência correta:

- a) F - F - V
- b) V - F - V
- c) F - V - V
- d) V - F - F

30. Em relação à postergação do pagamento de emolumentos no Tabelionato de Protesto, de acordo com o Provimento CNJ nº 86/2019, assinale a INCORRETA:

- a) Nenhum valor será devido pelo exame do título ou documento de dívida devolvido ao apresentante por motivo de irregularidade formal.

B) É vedado aos tabeliães de protesto ou os responsáveis interinos pelo expediente da serventia autorizados a conceder parcelamento de emolumentos aos interessados.

c) Os emolumentos devidos pelo protocolo dos títulos e documentos de dívida que foram protestados são de propriedade do tabelião de protesto ou do oficial de distribuição, quando for o caso, que à época praticou o respectivo ato.

d) Pelos atos que praticarem os tabeliães de protesto de títulos ou os responsáveis interinos pelo expediente perceberão diretamente das partes, a título de remuneração, os emolumentos integrais a eles destinados, fixados pela lei da respectiva Unidade da Federação, além do reembolso dos tributos, tarifas, demais despesas e dos acréscimos instituídos por lei a título de taxa de fiscalização do serviço extrajudicial, custas, contribuições, custeio de atos gratuitos e à entidade previdenciária ou assistencial, facultada a exigência do depósito prévio.

31. Sobre a ordem dos serviços em Tabelionato de Protesto, é correto afirmar que:

a) O pagamento de títulos emitidos em moeda estrangeira será efetuado em moeda corrente nacional, cabendo ao devedor a conversão na data do pagamento.

b) Tratando-se de título expresso em obrigações reajustáveis ou sujeito à correção monetária, o pagamento será feito pela atualização vigente no dia do pagamento.

c) Os títulos emitidos em moeda estrangeira fora do Brasil serão apresentados com a devida tradução, por tradutor público juramentado, e, no instrumento, serão transcritos o documento e sua tradução.

d) Ao tabelião de protestos cumpre examinar as formalidades e os requisitos do título ou do documento de dívida, bem como a falsidade do documento, não lhe cabendo examinar a ocorrência de prescrição ou de caducidade.

REGISTRO DE IMÓVEIS

Andrea Schmidt

32. A alienação fiduciária, regulada pela Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, e suas alterações, é o negócio jurídico pelo qual o devedor, ou fiduciante, com o escopo de garantia, contrata a transferência da propriedade resolúvel de coisa imóvel ao credor, ou fiduciário, que pode ser contratada por qualquer pessoa, física ou jurídica, e não é privativa das entidades que operam no Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI). No que diz respeito ao respectivo tema, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A alienação fiduciária será constituída mediante averbação do contrato na matrícula do imóvel.

b) Com a constituição da propriedade fiduciária, dá-se o desdobramento da posse da coisa imóvel, tornando-se o fiduciante, possuidor direto, e o fiduciário, possuidor indireto.

c) O imóvel enfitêutico pode ser objeto de alienação fiduciária, sem necessidade de anuência do senhorio e do pagamento do laudêmio, uma vez que a transmissão se faz em caráter apenas fiduciário, com escopo de garantia.

d) O pagamento do laudêmio será exigível quando houver a consolidação do domínio útil em favor do credor fiduciário.

33. No que concerne a sistemática referente ao livro de protocolo, bem como da prioridade no registro de imóveis, assinale a alternativa correta.

a) O livro de protocolo, também chamado no Estado de São Paulo de livro de recepção dos títulos, servirá para o apontamento (prenotação) de todos os títulos apresentados diariamente, com exceção daqueles que o tiverem sido, a requerimento expresso do interessado, apenas para exame e cálculo dos respectivos emolumentos.

b) Havendo autorização expressa do oficial de Registro de Imóveis, poderão ser registrados, no mesmo dia, títulos pelos quais se constituam direitos reais contraditórios sobre o mesmo imóvel.

c) Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação, salvo prorrogação por previsão legal ou normativa, se, decorridos 30 (trinta) dias do seu lançamento no livro protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender as exigências legais.

d) O prazo para exame, qualificação e devolução do título, com exigências ou registro, será de 30 (trinta) dias, contados da data em que ingressou na serventia.

34. Sobre o tema loteamento de imóveis urbanos e rurais, analise os itens a seguir.

I - Quando, eventualmente, o loteamento abranger, vários imóveis do mesmo proprietário, com transcrições e matrículas diversas, é imprescindível que se proceda, previamente, à sua unificação.

II - O oficial, a seu critério, verificará a necessidade de apresentação da descrição e da área do imóvel a ser loteado. Tendo necessidade e não sendo apresentada, exigirá prévia retificação.

III - Nos loteamentos rurais, a publicação do edital será feita no Diário Oficial, mesmo para aqueles situados fora da Capital.

IV - O cancelamento do registro de loteamentos urbanos sempre dependerá de despacho judicial.

Está correto o que consta em:

a) I, II e IV.

b) I, III e IV, apenas.

c) I, II e III, apenas.

d) I e IV, apenas.

35. João e Maria, resolveram se casar sob o regime da comunhão universal de bens. Para isso, seguiram todos os trâmites legais, incluindo a escrituração de um pacto antenupcial, tendo em vista que o regime de bens escolhido pelos contraentes é diverso do regime legal. Ao conversarem com um colega advogado, Paulo, foram informados da necessidade do registro da escritura de pacto antenupcial, para

que aquele regime tivesse efeito em relação a terceiros. Diante desse cenário para que surta efeito perante terceiro, o pacto antenupcial de João e Maria:

a) deverá ser registrado no livro n. 1, do cartório da situação dos imóveis e posteriormente averbado no cartório do domicílio conjugal, com a declaração das respectivas cláusulas, para ciência de terceiros.

b) deverá ser averbado no livro n. 3, do cartório da situação dos imóveis e posteriormente registrado no cartório do domicílio conjugal, com a declaração das respectivas cláusulas, para ciência de terceiros.

c) deverá ser registrado no livro especial do cartório de registro de títulos e documentos do domicílio do casal, a fim de que surta efeito em relação a terceiros.

d) deverá ser registrado no livro n. 3, do cartório do domicílio conjugal e posteriormente averbado no cartório da situação dos imóveis, com a declaração das respectivas cláusulas, para ciência de terceiros.

36. Sobre a aquisição de imóveis rurais por estrangeiro, tomando por base o Código de Normas de Serviço destinadas ao Foro Extrajudicial, da Corregedoria Geral da Justiça do TJSP, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Todas as aquisições de imóveis rurais por estrangeiros deverão ser obrigatória e trimestralmente comunicadas ao INCRA e à Corregedoria Geral da Justiça,

b) Na aquisição de imóvel rural por pessoa estrangeira, física ou jurídica, é da essência do ato a escritura pública, sendo vedado ao registrador, sob pena de responsabilidade, registrar títulos que não atendam aos requisitos legais

c) O cidadão português declarado titular de direitos civis em igualdade de condições com os brasileiros, está sujeito às mesmas restrições na aquisição de imóveis rurais, aplicadas aos estrangeiros em geral.

d) Aplicam-se as mesmas restrições relativas à aquisição de imóvel rural por estrangeiro aos casos de fusão ou incorporação de empresas, de alteração de controle acionário de sociedade, ou de

transformação de pessoa jurídica nacional para pessoa jurídica estrangeira.

37. No que tange ao Registro Eletrônico de Imóveis, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

() A requisição e prestação de informações no formato eletrônico, bem como a expedição de certidões, quando rogados por entes ou órgãos públicos, estarão sujeitas ao pagamento de emolumentos, conforme hipóteses previstas em lei.

() Poderão aderir à utilização do Ofício Eletrônico todos os entes e órgãos públicos que manifestem interesse nas informações registrais, mediante celebração de convênio padrão com a Central Registradores de Imóveis, pelo qual se ajustem as condições, os limites temporais da informação, o escopo da pesquisa, a identificação do requisitante e a extensão da responsabilidade dos convenientes.

() O convênio padrão do Ofício Eletrônico deverá ser disponibilizado nos sítios da Central Registradores de Imóveis, com livre acesso para amplo conhecimento de seus termos e condições, assim como para informações dos possíveis interessados

() Para afastamento de homonímia e proteção de privacidade, as pesquisas para localização de bens e direitos poderão ser feitas, a partir do número de contribuinte da pessoa física (CPF) ou jurídica (CNPJ), ou por algum outro documento que o oficial entenda ser mais seguro para a busca.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V-F-F-V.
- b) F-V-V-V.
- c) V-V-F-F.
- d) F-V-V-F.

38. No que diz respeito a usucapião extrajudicial ou administrativa, levando-se em consideração as diretrizes indicadas no Código de Normas de São

Paulo, analise as assertivas a seguir e marque a alternativa correta.

a) A existência de ônus real ou de gravame na matrícula do imóvel usucapiendo impede o reconhecimento extrajudicial da usucapião

b) O oficial do registro de imóveis não exigirá, para o ato de registro da usucapião, o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, por se tratar de aquisição originária do domínio.

c) O Poder Público só poderá se manifestar no início do procedimento da usucapião extrajudicial, quando intimado para tal.

d) O reconhecimento extrajudicial da usucapião de imóvel matriculado extingue todas as restrições administrativas bem como os gravames judiciais relacionados ao imóvel usucapiendo.

39. A Multipropriedade consiste no regime de condomínio em que cada um dos proprietários de um mesmo imóvel é titular de uma fração de tempo, à qual corresponde a faculdade de uso e gozo, com exclusividade, da totalidade do imóvel, a ser exercida pelos proprietários de forma alternada. Quanto ao tema indicado, marque a alternativa correta.

a) A multipropriedade, diante da sua natureza, somente poderá ser instituída por ato entre vivos, que será registrado no competente cartório de registro de imóveis, devendo constar daquele ato a duração dos períodos correspondentes a cada fração de tempo.

b) A transferência do direito de multipropriedade e a sua produção de efeitos perante terceiros dar-se-ão na forma da lei civil e não dependerão da anuência ou cientificação dos demais multiproprietários.

c) A transferência do direito de multipropriedade sempre dependerá da anuência e cientificação dos demais multiproprietários.

d) No condomínio edilício, o multiproprietário poderá renunciar de forma translativa a seu direito de multipropriedade em favor qualquer pessoa.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS

Gustavo Arruda

40. Serão averbadas ao registro as alterações supervenientes do ato constitutivo das pessoas jurídicas, a constituição de filiais, as atas de reuniões e assembleias e quaisquer outros atos, de natureza societária ou associativa, realizados pela pessoa jurídica, bem como as ocorrências ou alterações de declarações e documentos constantes de matrículas.

- a) No caso de partido político, não será observado o procedimento de inscrição previsto para as filiais para os diretórios estaduais e municipais.
- b) Os registros e averbações das alterações supervenientes terão o mesmo número do ato constitutivo, acrescido de uma letra, ainda que se refiram à mesma pessoa.
- c) Nas comarcas em que houver mais de um RCPJ, as averbações serão objeto de prévia distribuição.
- d) Nas averbações, é obrigatória a inserção, se ainda não constar do registro, do número do CNPJ da pessoa jurídica, que passará a integrar o índice.

41. Sobre a matrícula de jornais, periódicos, oficinas impressoras e empresas de radiodifusão:

- a) As alterações em qualquer dessas declarações ou documentos deverão ser averbadas na matrícula no prazo de 8 (oito) dias contados da sua realização, mediante requerimento específico.
- b) A multa prevista no art. 124 da Lei de Registros Públicos será fixada de acordo com os valores de referência, estabelecidos pelo Governo Municipal.
- c) Salvo disposição em contrário, a multa será recolhida pelo interessado ao Estado, em conjunto com a guia própria do ICMS.
- d) Não se aplicam à matrícula os procedimentos para o registro constitutivo de pessoas jurídicas.

42. Os Oficiais de Registro Civil das Pessoas Jurídicas devem ser cadastrados na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB.

- a) A ordem de indisponibilidade que alcance cotas sociais específicas e individualizadas integrantes de capital social de sociedades simples deve ser comunicada pela autoridade que a expediu diretamente aos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Jurídicas competentes para averbação, por ofício em papel.
- b) A comunicação de levantamento de indisponibilidade cadastrada será comunicada pela referida autoridade diretamente ao Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas em que promovida averbação da indisponibilidade de cotas sociais específicas, a fim de que proceda ao seu cancelamento, independente de cadastro na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB pela autoridade competente.
- c) Constatada a existência de cotas sociais no nome cadastrado, a indisponibilidade será prenotada e averbada em livro próprio (Livro A), no assentamento mantido pelo Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Caso não figure do registro o número do CPF ou o do CNPJ, a averbação da indisponibilidade somente será realizada se não houver risco de se tratar de pessoa homônima.
- d) A consulta ao banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB será facultativa.

43. Sobre o registro exclusivamente para fins de conservação, no Registro de Títulos e Documentos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O registro para fins de conservação pode abranger qualquer papel suscetível de microfilmagem, jamais arquivos eletrônicos.
- b) É vedado o registro conjunto de títulos e documentos, salvo na hipótese de registro exclusivamente para fins de mera conservação.
- c) No caso de documento em papel apresentado para registro exclusivamente para fins de conservação, não será realizado o arquivo de registro do tipo PDF-A, nem será entregue ao requerente uma certificação do registro feita em folha avulsa.

d) Não haverá livro ou índice específico para o registro exclusivamente para fins de mera conservação.

44. Deverá ser recusado registro a título, documento ou papel que não se revista das formalidades legais exigíveis, devendo a respectiva nota devolutiva indicar o vício extrínseco obstativo do registro.

a) Quando houver suspeita de falsificação, o registro não será feito.

b) Quando houver suspeita de falsificação, o oficial comunicará imediatamente o Ministério Público.

c) Quando houver suspeita de falsificação, o oficial, sem sobrestar o registro, depois de protocolizado o título, documento ou papel, comunicará imediatamente o Ministério Público.

d) Quando houver suspeita de falsificação, o oficial poderá sobrestar o registro, depois de protocolizado o título, documento ou papel, até que notifique o apresentante dessa circunstância.

45. Ao procurador do notificando, desde que tenha poderes para receber notificações, poderá ser entregue uma via do documento registrado, caso em que será certificado o cumprimento da notificação.

a) A primeira diligência não excederá o prazo 30 (trinta) dias contados da data da apresentação do documento para registro. Decorridos 90 (noventa) dias, será averbado o resultado, positivo ou negativo, da notificação.

b) Na hipótese de não localização do destinatário no endereço indicado pelo requerente, a certificação de resultado negativo da notificação depende da realização de, no mínimo, 3 (três) diligências, em dias e horários alternados.

c) Na hipótese de não localização do destinatário, não poderá o interessado requerer ao registrador a renovação da fase de diligências devendo ser certificado o resultado negativo da notificação.

d) O oficial não poderá convocar o notificando por escrito, para que venha à sua presença e tome ciência de notificação.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

46. André, dono de uma empresa de telefonia no Brasil, querendo implantar a tecnologia do 5G, entrou em contato com Yan, empresário em Taiwan e fornecedor da referida tecnologia. Por razões diplomáticas, os contratantes assinaram o contrato de prestação de serviços em Washington, no Estados Unidos, em uma das filiais da empresa de Yan. Dois anos depois, Yan abriu outra filial no Brasil. De acordo com a LINDB, as obrigações decorrentes do contrato serão regidas:

a) Pela lei taiwanesa, pois é o local de onde estão sendo fornecidos os serviços.

b) Pela lei brasileira, pois é o local onde reside o proponente.

c) Pela lei brasileira, pois é o local onde há uma filial do contratado, facilitando a resolução de eventuais conflitos.

d) Pela lei estadunidense, pois é o local onde foi firmado o contrato.

47. De acordo com o Código Civil de 2002, é causa impeditiva do casamento:

a) O casamento entre o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros.

b) O casamento entre ascendentes e descendentes, cujo parentesco seja civil.

c) O casamento entre a viúva, ou a mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até dez meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal.

d) O casamento do divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal.

48. Sobre o reconhecimento dos filhos, assinale a alternativa que está de acordo com o que dispõe o Código Civil de 2002:

- a) O filho havido fora do casamento somente poderá ser reconhecido pelos pais conjuntamente.
- b) O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento pode ser revogado quando feito por escrito particular, a ser arquivado em cartório.
- c) O filho havido fora do casamento, reconhecido por um dos cônjuges, não poderá residir no lar conjugal sem o consentimento do outro.
- d) É válida e eficaz a condição e o termo apostos ao ato de reconhecimento do filho.

49. Joel é pai de Júnior. Quando este possuía dez anos de idade, representado por sua mãe, requereu pensão alimentícia. Quando Júnior completou 18 anos e ingressou na universidade Joel parou de quitar as prestações alimentícias. Com 19 anos, Júnior requereu a execução das prestações não pagas, juntamente com a prisão de seu pai. Joel, no meio da ação de execução, requereu a exoneração alimentar. Com base nisto, é correto afirmar que:

- a) A pretensão de Júnior não deve prosperar, uma vez que se encontra prescrita.
- b) Caso a pretensão de Joel seja atendida pelo juiz, os efeitos da sentença retroagirão até a data da citação de Júnior, ficando Joel obrigado a quitar as prestações até esta data.
- c) Caso Joel não pudesse quitar as prestações vencidas, a obrigação estender-se-ia aos seus irmãos, caso tivesse e, na ausência destes, aos seus pais.
- d) A pretensão de Júnior não deve prosperar, uma vez que completou a maioridade, o que automaticamente exonera o pai do dever alimentar.

50. Sobre os bens de família, assinale a alternativa correta segundo o Código Civil e a Jurisprudência:

- a) Será impenhorável o único imóvel residencial do devedor que esteja locado a terceiros, quando a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou a moradia da sua família.
- b) Podem os cônjuges, ou a entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, destinar parte de seu patrimônio para instituir bem de família, independentemente da extensão deste, mantidas as regras sobre a impenhorabilidade do imóvel residencial estabelecida em lei especial.
- c) O bem de família, quer instituído pelos cônjuges, ou por terceiro, em razão de seu caráter alternativo, constitui-se pelo registro de seu título no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- d) O bem de família pode ser executado em razão de dívidas posteriores à sua instituição, inclusive quando provierem de tributos relativos ao prédio, ou de despesas de condomínio.

51. Em se tratando dos contratos de locação, assinale a alternativa correta:

- a) O contrato de locação pode ser ajustado por qualquer prazo, independentemente de vênua conjugal.
- b) Em casos de separação de fato, separação judicial, divórcio ou dissolução da união estável, caberá ao juiz decidir a respeito de qual dos cônjuges prosseguirá residindo no imóvel locado.
- c) É livre a convenção do aluguel, inclusive quanto à sua estipulação em moeda estrangeira e a sua vinculação à variação cambial ou ao salário-mínimo.
- d) O aluguel da sublocação não poderá exceder o da locação; em se tratando de habitações coletivas multifamiliares, a soma dos aluguéis pode atingir apenas valor inferior ou igual ao dobro do valor da locação.

52. Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e deverá considerar requisitos previstos nesta lei. Assinale a alternativa que não apresenta corretamente um destes requisitos:

- a) A avaliação deve considerar os impedimentos nas funções do corpo, bem como os impedimentos estruturais.
- b) A avaliação deve considerar além dos fatores socioambientais, os psicológicos e pessoais.
- c) A avaliação deve considerar a limitação para o desempenho de atividades.
- d) A avaliação deve considerar a restrição de participação

53. Virgílio e Mário viviam juntos há 25 anos. Apesar de nunca terem formalizado sua relação, sempre ficou muito clara a existência de um relacionamento amoroso entre ambos, além da intenção expressa e publicamente declarada de constituir família. Inclusive, o casal já havia se cadastrado para iniciarem um processo de adoção. Ocorre, porém, que Virgílio faleceu em um acidente de avião. Com base nestes fatos e de acordo com a jurisprudência, assinale a alternativa correta:

- a) Mário não fará jus à nenhuma fração da herança de Virgílio, uma vez que às relações fáticas não se aplica as regras sucessórias previstas no Código Civil de 2002.
- b) Mário não fará jus à nenhuma fração da herança de Virgílio, uma vez que ainda que se reconheça a união estável esta não goza das mesmas prerrogativas legais de que goza o casamento.
- c) Mário somente poderá fazer jus à fração da herança de Virgílio, caso este não tenha conte com ascendente vivo.

d) Mário fará jus à herança de Virgílio, uma vez que à união estável aplica-se exatamente o mesmo regime sucessório aplicável ao casamento.

54. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, exceto quando:

- a) A operação de tratamento for realizada no território nacional.
- b) A atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional.
- c) A atividade de tratamento for realizada para fins exclusivamente acadêmicos.
- d) Os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional.

55. Quando o uso consistir no direito de habitar gratuitamente casa alheia, sem que o titular deste direito possa alugar ou emprestar, podendo apenas simplesmente ocupá-la com sua família, trata-se do direito real de:

- a) Uso.
- b) Usufruto.
- c) Habitação.
- d) Superfície.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

56. Sobre a intervenção de terceiros, assinale a alternativa correta:

- a) O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica não se aplica ao processo de competência dos juizados especiais, dada a existência de vedação legal expressa.
- b) No chamamento ao processo, a citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação e deve ser promovida no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção do feito.
- c) A intervenção do amicus curiae não implica alteração de competência, mas autoriza a interposição de quaisquer recursos pelo amigo da corte.
- d) Se o denunciante for vencedor, a ação de denunciação não terá o seu pedido examinado, sem prejuízo da condenação do denunciante ao pagamento das verbas de sucumbência em favor do denunciado
- 57.** A respeito da tutela provisória no CPC/2015, é correto afirmar que
- a) pode fundar-se em urgência ou evidência, dividindo-se a primeira em cautelar ou antecipada.
- b) a tutela provisória de urgência de natureza antecipada somente admite a forma incidental.
- c) por emanar do poder jurisdicional, não implica responsabilidade do autor pelos eventuais prejuízos que a efetivação da medida ocasionar ao réu.
- d) a tutela provisória conserva sua eficácia durante a pendência do processo, exceto em caso de suspensão deste, quando então terá suspensos seus efeitos independentemente de pronunciamento judicial.
- 58.** O falecimento da parte no curso do processo acarreta:
- a) a imediata prolação de sentença sem resolução de mérito, seja a parte falecida autora ou ré na demanda.
- b) a suspensão do processo, caso não tenha sido proposta ação de habilitação, sendo que, falecido o réu, o juiz ordenará a intimação do autor para que promova a citação do respectivo espólio, de quem for o sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros, no prazo que designar, de no mínimo 2 (dois) e no máximo 6 (seis) meses.
- c) no caso de falecimento do autor e sendo transmissível o direito em litígio, a intimação de seu espólio, de quem for o sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros, pelos meios de divulgação que reputar mais adequados, para que manifestem interesse na sucessão processual e promovam a respectiva habilitação no prazo designado, sob pena de extinção do processo com resolução de mérito.
- d) o prosseguimento do feito, desde que já tenha se iniciado a fase instrutória da demanda.
- 59.** Marque a alternativa correta sobre o julgamento parcial de mérito.
- a) A parte poderá liquidar ou executar, desde logo, a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, desde que preste caução para tanto.
- b) A decisão que julga parcialmente o mérito é irrecorrível, devendo ser impugnada por meio de preliminar de apelação.
- c) Para que haja o julgamento parcial de mérito, a questão deve ser unicamente de direito.
- d) A decisão que julgar parcialmente o mérito poderá reconhecer a existência de obrigação líquida ou ilíquida.
- 60.** Sobre as ações possessórias, à luz do Código de Processo Civil, é correto afirmar:
- a) É vedado ao réu, na contestação, alegando que foi o ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor.
- b) O prazo para o réu apresentar contestação na ação de reintegração de posse é de cinco dias.
- c) O juiz deverá designar audiência de mediação antes de apreciar a medida liminar em caso de litígio

coletivo pela posse de imóvel, quando o esbulho houver ocorrido há mais de ano e dia.

d) O possuidor indireto que tenha justo receio de ser molestado na posse não poderá se valer do interdito proibitório.

61. Em relação ao processo de execução, assinale a alternativa correta:

a) tendo mais de um domicílio, o executado deverá ser demandado no foro do domicílio do autor.

b) a execução poderá ser proposta no foro do lugar em que se praticou o ato ou em que ocorreu o fato que deu origem ao título, mesmo que nele não mais resida o executado.

c) Ao oficial de justiça é vedado cumprir os atos executivos determinados pelo juiz nas comarcas contíguas.

d) A existência de título executivo extrajudicial impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial.

62. Sobre o processo nos Tribunais, assinale a alternativa correta:

a) Considera-se julgamento de casos repetitivos a decisão proferida em incidente de assunção de competência e recursos especial e extraordinário repetitivos.

b) O recurso adesivo não será conhecido se houver desistência do recurso principal ou se for ele julgado improvido.

c) No caso de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), a desistência ou o abandono do processo não impede o exame de mérito do incidente.

d) É admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, com repetição em múltiplos processos

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

63. Sobre as sociedades limitadas, assinale a alternativa correta.

a) As quotas podem ser iguais ou desiguais.

b) As omissões do seu regime legal são, em qualquer hipótese, supridas pelas normas de sociedades anônimas.

c) A aprovação de exclusão de sócio deve levar em consideração a unanimidade de sócios.

d) Qualquer sócio minoritário pode eleger, separadamente, um membro do conselho fiscal.

e) As omissões do seu regime legal são, em qualquer hipótese, supridas pelas normas de sociedades cooperativas.

64. Assinale a alternativa correta.

a) O conselho de administração é órgão obrigatório apenas em companhias fechadas.

b) O voto não é direito essencial do acionista.

c) Na sociedade por ações, a responsabilidade dos acionistas será limitada ao valor de emissão das ações subscritas, e responderão solidariamente pela integralização do capital.

d) Na sociedade limitada, a responsabilidade é subsidiária para a integralização do capital.

e) Nenhuma das anteriores.

65. Responda de acordo com o Código Civil Brasileiro, assinalando a assertiva CORRETA:

a) A sociedade anônima funciona sob firma integrada pelo vocábulo "companhia".

b) A omissão da palavra "limitada" determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos

administradores que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade.

c) A sociedade em que houver sócios de responsabilidade ilimitada operará sob denominação.

d) Cabe ao prejudicado, no prazo de cinco anos, ação para anular a constituição da pessoa jurídica por violação da lei ou do contrato.

e) O nome empresarial existe nas formas de firma e estabelecimento.

66. Sobre os seguintes contratos empresariais, é correto afirmar que

a) A entrega judicial forçada dos bens integrantes de contrato de comissão mercantil, ainda que estejam assinados por duas testemunhas não comporta ação executiva, em vista de sua iliquidez.

b) O agenciado não pode cumular a função de distribuidor nos contratos de agência regidos pelo código civil.

c) nas locações em shopping centers, o locador pode recusar a renovação se o imóvel vier a ser utilizado por ele.

d) a cláusula “*del credere*” é típica dos contratos de comissão mercantil.

e) nenhuma das anteriores.

67. De acordo com a atual redação da Lei n.º 11.101/2005, o pedido de recuperação judicial, com base em plano especial para microempresas e empresas de pequeno porte,

a) é obrigatório para as microempresas e facultativo para as empresas de pequeno porte.

b) é obrigatório para o produtor rural, desde que esteja em dia com a declaração de informações fiscais de pessoa jurídica (DIPJ).

c) abrange as empresas em formação, cujos atos constitutivos não tenham sido levados a registro no órgão competente.

d) abrangerá todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, em regra.

e) abrangerá apenas os créditos quirografários.

68. O contrato em que uma pessoa assume, em caráter não eventual e sem vínculos de dependência, a obrigação de promover, à conta de outra, mediante retribuição, a realização de certos negócios, em zona determinada. Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que esse contrato é um

a) Mútuo mercantil

b) Comissão mercantil

c) Agência

d) Concessão

69. Com relação a consórcios, a Lei das Sociedades Anônimas dispõe que

a) o consórcio não tem personalidade jurídica.

b) o consórcio assume personalidade jurídica nas mesmas condições que o grupo de sociedades.

c) a falência de uma consorciada é motivo de extinção do consórcio.

d) o consórcio será constituído por estatuto social, tanto quanto o grupo de sociedades.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

70. De acordo com a Parte Geral do Código Penal, assinale a alternativa incorreta:

. Assinale a alternativa incorreta sobre a Parte Geral do Código Penal:

a) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima,

senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.

- b) Observados os requisitos gerais previstos no Código, considera-se também em estado de necessidade o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.
- c) Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.
- d) O agente, em qualquer das hipóteses legais de exclusão da ilicitude, responde pelo excesso doloso ou culposos.

71. Analise as seguintes assertivas sobre os crimes contra a fé pública:

- I – A utilização de papel-moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, de competência da Justiça Estadual.
- II – Atestar ou certificar falsamente, em razão de função pública, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público configura o crime do artigo 299 do CP, denominado de falsidade ideológica.
- III – O crime de reconhecimento de firma ou letra, previsto no artigo 300 do CP, é crime comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa.
- IV – A alteração de testamento particular configura o crime de falsificação de documento público.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) assertiva(s):

- a) apenas a I.
- b) II e III.
- c) I e IV.
- d) I, III e IV.

72. Assinale a alternativa incorreta sobre a legislação penal e a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- b) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, desde que não decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- c) O autor que, preso em flagrante delito pela prática do crime de roubo, atribui-se falsa identidade perante a autoridade policial, a fim de ocultar seus maus antecedentes, ou mesmo a fim de se eximir de eventual responsabilidade penal, comete crime de falsa identidade (CP, art. 307), ainda que alegue ter agido em situação de autodefesa, sendo este o entendimento dominante dos Tribunais Superiores.
- d) O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

73. No que se refere aos princípios aplicáveis ao processo penal:

- a) O princípio do duplo grau de jurisdição tem previsão expressa na Constituição Federal.
- b) O princípio da ampla defesa assegura ao réu a indisponibilidade ao direito de defesa técnica, que pode ser exercida por defensor privado ou público. Ainda, quando a defesa técnica for realizada por Defensor Público, será sempre exercida através de manifestação fundamentada.
- c) O princípio da igualdade de armas e o princípio do contraditório são sinônimos.
- d) São princípios constitucionais explícitos do processo penal o da ampla defesa e da intervenção mínima.

74. No que se refere às provas, assinale a alternativa correta.

- a) O assistente técnico atuará no exame de corpo de delito junto e concomitantemente com o perito oficial.
- b) No processo penal, os fatos não impugnados pelo réu são considerados verdadeiros (incontroversos), com repercussões diretas na decisão da causa.
- c) No processo penal não há, por lei ou doutrinariamente, distinção entre prova e elemento informativo da investigação.
- d) No processo penal, a prova do casamento deve obedecer as restrições referentes ao estado das pessoas previstas no ordenamento civil.

75. Sobre o tema dos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A aceitação, pelo acusado, com homologação judicial, da proposta de suspensão condicional do processo formulada pelo Ministério Público obsta a fluência prescricional durante o período de prova.
- b) Nos juizados especiais criminais, a composição civil dos danos causados por infrações penais terá a eficácia de título executivo judicial a ser executado no juízo civil competente.
- c) No procedimento relativo aos crimes de competência do Juizado Especial Criminal, a citação pode se dar por edital, não havendo deslocamento da competência para o juízo comum.
- d) No procedimento dos juizados especiais criminais, da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

76. A respeito do Poder Legislativo, indique a assertiva correta.

- a) Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, o foro por prerrogativa de função conferido aos deputados federais e senadores se aplica apenas a crimes cometidos no exercício do cargo e em razão das funções a ele relacionadas.
- b) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a infidelidade partidária provoca a perda de mandato nas eleições proporcionais e nas eleições majoritárias.
- c) Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo regimental da Câmara dos Deputados que limita em cinco a criação simultânea de Comissões Parlamentares de Inquérito, pois constitui obstáculo à livre atuação da função fiscalizadora da Casa Legislativa.
- d) Em decorrência da imunidade parlamentar, ao Judiciário é vedado, por autoridade própria, aplicar medidas cautelares processuais descritas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

77. A respeito dos direitos e garantias fundamentais, aponte a alternativa correta.

- a) A enumeração dos direitos fundamentais no texto constitucional não é exaustiva, de forma que há também direitos e garantias fundamentais nas leis infraconstitucionais e nos tratados internacionais.
- b) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato e nem o registro no órgão competente, uma vez que o direito é decorrente de liberdade.
- c) O brasileiro que adquirir outra nacionalidade perderá, automaticamente, a nacionalidade brasileira.
- d) Os direitos e garantias fundamentais enumerados na Constituição Federal são assegurados apenas aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Brasil.

78. Após um processo revolucionário que desencadeou um golpe de Estado, o grupo vencedor impôs novo regramento de organização do Estado Alfa, a partir da produção de um documento solene, sem a consulta popular. Conforme redação dessa

Carta, parte de seus dispositivos, para serem alterados, dependeriam de processo legislativo bem mais rigoroso do que o utilizado para a atualização de leis comuns. Outra parte, entretanto, poderia ser alterada da mesma maneira das leis. Considerando as informações fornecidas, é correto afirmar que essa Constituição deve ser classificada como:

- a) outorgada e semirrígida.
- b) promulgada e rígida.
- c) cesarista e semirrígida.
- d) cesarista e flexível.

79. O Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul julgou o mérito de representação de inconstitucionalidade proposta contra lei do município de Dourados-MS, por violação exclusiva de norma de reprodução obrigatória constante da Constituição estadual. A respeito do caso narrado, indique a assertiva correta.

- a) O Tribunal de Justiça, ao julgar a causa, invadiu a competência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, uma vez que o controle de constitucionalidade tem por parâmetro exclusivo a Constituição Federal.
- b) Da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça, cabe a interposição de recurso extraordinário, porque o fundamento da decisão é preceito contido na Constituição Federal.
- c) Da decisão, não cabe recurso extraordinário, porque o controle de constitucionalidade de leis municipais não é da competência do Supremo Tribunal Federal, mas do Tribunal de Justiça.
- d) A decisão do Tribunal de Justiça possui eficácia contra todos e efeito vinculante.

80. Ramon, Venezuelano, estabeleceu residência legal no Brasil. Após 15 anos ininterruptos de residência e não tendo condenação criminal, fez o requerimento da nacionalidade brasileira, tendo sido prontamente atendido. Dois anos após a obtenção da nacionalidade, associou-se a traficantes

e de modo intenso, começou a levar e buscar cocaína da Colômbia para o Brasil. A respeito da situação hipotética narrada, aponte a única alternativa correta.

- a) A obtenção da nacionalidade brasileira por Ramon deu-se de modo regular, tendo sido atendidos, à data do requerimento, todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, cabendo ao Estado apenas reconhecer-lhe o direito.
- b) Pelo crime narrado, Ramon não poderia ser extraditado do Brasil para a Colômbia, uma vez que o crime foi praticado quando já havia adquirido a nacionalidade brasileira na condição primária.
- c) O ato praticado por Ramon poderia ser considerado, em tese, nocivo ao interesse nacional, motivo pelo qual poderia, após o devido processo judicial, sofrer a perda da naturalização, por decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça.
- d) Ramon, após eventual condenação transitada em julgado pelo crime de tráfico de entorpecente, sofreria a suspensão de direitos políticos, exceto se a pena privativa de liberdade fosse convertida em restritiva de direitos.

81. Com relação ao poder constituinte e ao direito constitucional intertemporal, assinale a opção correta.

- a) O Poder Constituinte Derivado, como poder político e não jurídico, tem como características ser limitado, condicionado, secundário e dependente.
- b) Lei infraconstitucional anterior à Constituição será por esta recepcionada quando guardar compatibilidade material com a nova Constituição, sendo irrelevante a compatibilidade formal.
- c) O Poder Constituinte utilizado na criação da Constituição Estadual é espécie de poder originário, com aplicação apenas estadual.
- d) Entende-se por mutação constitucional a mudança na redação da Constituição, para adequação de suas normas à realidade sociopolítica.

82. Lei do Município de Petrópolis-RJ dispôs sobre o serviço local de gás canalizado, o que violou a Constituição Federal no que concerne à repartição de competências. Inconformado, o Governador do Rio de Janeiro pretende combater a inconstitucionalidade da lei municipal por meio de ação do controle abstrato de constitucionalidade. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva correta.

- a) A lei municipal poderá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade da competência do Supremo Tribunal Federal.
- b) O Governador do Rio de Janeiro não tem legitimidade para propor ação de controle abstrato de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- c) A inconstitucionalidade da lei municipal só poderá ser analisada pelo Supremo Tribunal Federal pela via incidental.
- d) A lei municipal poderá ser combatida perante o Supremo Tribunal Federal por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Bruno Betti

83. Acerca da temática dos agentes públicos, marque a assertiva correta:

- a) O diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na inscrição para o concurso público.
- b) O candidato aprovado fora do número de vagas previstas no edital de concurso público tem direito subjetivo à nomeação quando o candidato imediatamente anterior na ordem de classificação, aprovado dentro do número de vagas, for convocado e manifestar desistência.
- c) Os candidatos em concurso público têm direito à prova de segunda chamada nos testes de aptidão física em razão de circunstâncias pessoais.
- d) A Administração Pública não precisa intimar o candidato de um concurso público, pessoalmente,

ainda que haja decurso de tempo razoável entre a homologação do resultado e a data da nomeação.

84. Acerca dos cargos em comissão, sua criação e provimento, julgue os itens abaixo:

I - A criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais.

II - Faz-se desnecessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado.

III - O número de cargos comissionados criados deve guardar proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os criar.

IV - As atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir.

a) Todos os itens estão corretos

b) Apenas o item I e III estão corretos

c) Os itens II e IV estão errados

d) Apenas o item II está errado

85. Assinale a alternativa correta acerca da anulação e da revogação do ato administrativo:

a) Ambas podem ser decretadas pelo Poder Judiciário como instrumento de controle da atividade administrativa.

b) Ambas ocorrem no âmbito da discricionariedade administrativa.

c) Ambas retroagem à data em que o ato for praticado.

d) Ambas podem ser realizadas pela autoridade administrativa competente no exercício da autotutela administrativa.

86. Julgue os itens abaixo:

I - Sem previsão constitucionalmente adequada e instituída por lei, não é legítima a cláusula de edital de concurso público que restrinja a participação de candidato pelo simples fato de responder a inquérito ou ação penal.

II - Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.

III - O Estado responde diretamente por danos materiais causados a candidatos em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito privado (art. 37, § 6º, da CRFB/88), quando os exames são cancelados por indícios de fraude.

IV - Os servidores temporários fazem jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional.

- a) Todos os itens estão corretos
- b) Apenas os itens I e II estão incorretos
- c) Os itens III e IV estão incorretos
- d) O item I está errado.
- e) Apenas o item IV está correto

87. Marque a assertiva correta, no que tange à desapropriação:

- a) Não configura desapropriação indireta quando o Estado limita-se a realizar serviços públicos de infraestrutura em gleba cuja invasão por particulares apresenta situação consolidada e irreversível
- b) O prazo de ajuizamento da desapropriação indireta é de 20 (vinte) anos.
- c) Em ação de desapropriação indireta não é cabível reparação decorrente de limitações administrativas.
- d) O direito de extensão não é admitido pela jurisprudência do STJ.

88. De acordo com os poderes administrativos, marque a assertiva correta:

- a) O poder hierárquico é o poder de escalonar as funções entre órgãos e agentes da mesma entidade ou não.
- b) O poder disciplinar consiste na apuração de infrações administrativas, assim como na imposição de penalidades (quando necessário) aos servidores e a todos os particulares.
- c) O poder de polícia é fato gerador de tarifas.
- d) O poder de polícia pode se manifestar ora por atos vinculados, ora por atos discricionários.

89. Acerca da Responsabilidade Civil do Estado e os entendimentos do Tribunais Superiores, julgue os itens abaixo:

I - O Estado possui responsabilidade civil direta e primária pelos danos que tabeliães e oficiais de registro, no exercício de serviço público por delegação, causem a terceiros.

II - O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa

III - É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil, bem como as decorrentes de atos de improbidade administrativa.

IV - Não se aplica, no país, a teoria do risco integral.

Estão incorretos:

- a) Os itens I e II
- b) Os itens II e III
- c) Apenas o item I
- d) Os itens III e IV

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rogério Cunha

90. Sobre o contencioso judicial em direito tributário, assinale a opção incorreta:

- a) Em ações de execução fiscal, a petição inicial não pode ser indeferida sob o argumento da falta de indicação do CPF e/ou RG ou CNPJ da parte executada.
- b) Em ações de execução fiscal, é desnecessária a instrução da petição inicial com o demonstrativo de cálculo do débito, por tratar-se de requisito não previsto no art. 6º da Lei n. 6.830/1980.
- c) A reunião de execuções fiscais contra o mesmo devedor constitui faculdade do Juiz.
- d) Admite-se exceção de pré-executividade em execução fiscal promovida contra sócio que figura como responsável na Certidão de Dívida Ativa - CDA.

91. Assinale a opção correta de acordo com as regras de responsabilidade tributária do sistema tributário nacional:

- a) O espólio é responsável pelos tributos devidos pelo de cujus até a data do encerramento do inventário.
- b) A responsabilidade tributária do sucessor abrange, além dos tributos devidos pelo sucedido, as multas moratórias, mas não as de natureza punitiva.
- c) Na solidariedade tributária, a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.
- d) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir filial ou unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato

92. Sobre a Contribuição de melhoria no Código Tributário Nacional a na jurisprudência dos tribunais superiores assinale a alternativa correta:

- a) A contribuição de melhoria não é considerada uma espécie de tributo.
- b) tem como fato gerador a valorização imobiliária decorrente de obra pública.
- c) Somente pode ser instituída pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- d) está expressamente previsto no Código Tributário é seu fato gerador é a realização de obra pública, podendo ser cobrado sempre em decorrência de obras públicas.

93. Com relação à Declaração Sobre Operações Imobiliárias - DOI, é lícito afirmar que

- a) O preenchimento da DOI deverá ser feito pelo Serventuário da Justiça titular ou designado para o Cartório de Ofício de Notas, quando da lavratura do instrumento que tenha por objeto a alienação de imóveis, salvo se celebrado por instrumento particular;
- b) A DOI deverá ser apresentada até o último dia útil do mês subsequente ao da lavratura, anotação, averbação, matrícula ou registro do documento, por meio da Internet.
- c) A DOI deverá ser apresentada até o quinto dia útil do mês da lavratura, anotação, averbação, matrícula ou registro do documento, por meio da Internet.
- d) Após 72 (setenta e duas) horas da transmissão do arquivo pelo programa Receitanet, o Relatório de Erros da DOI estará disponível no sítio da RFB da Internet (Declarações/DOI/Consulta da DOI - Relatório de Erros).

94. Assinale a alternativa que reflete hipótese de exclusão do crédito tributário:

- a) a decisão administrativa irreformável.
- b) Prescrição e a decadência.

c) Moratória.

d) Anistia.

95. Acerca do crédito tributário assinale a alternativa incorreta.

a) O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

b) As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

c) As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

d) O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

96. Acerca dos impostos de competência dos Estados e do Distrito Federal assinale a alternativa correta:

a) Cabe ao Senado da República fixar as alíquotas máximas do IPVA.

b) Não há amparo para a incidência do imposto de transmissão causa mortis no inventário por morte presumida.

c) É inconstitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação — ITCMD.

d) É vedado aos estados e ao Distrito Federal instituir o ITCMD se o doador tiver domicílio ou residência no exterior ou se o de cujus possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior (CF, art. 155, §1º, II) sem a intervenção da lei complementar.

CONHECIMENTOS GERAIS

Leandro Signori

97. “A crise migratória na fronteira entre Belarus e a Polônia tem se agravado nos últimos dias, à medida que milhares de pessoas oriundas do Oriente Médio e da África tentam entrar no território polonês.

Muitas delas chegam em voos a Belarus: segundo o portal Flightradar24, na próxima semana estão previstos 21 voos de Istambul a Minsk (capital do país), 12 de Dubai e 1 de Bagdá. Sem contar os voos fretados.”

Disponível em: <https://tinyurl.com/3d6zew46>.
Publicado em: 13/11/2021. Acesso em: 13/12/2021.

A crise migratória na fronteira entre Belarus e Polônia está corretamente relacionada:

a) ao fato de Belarus, membro da União Europeia, facilitar a entrada de imigrantes que buscam chegar aos países mais desenvolvidos, como a Polônia.

b) à fuga de conflitos étnico-religiosos no Cáucaso, relacionados à atuação de jihadistas islâmicos, fortalecidos com o retorno do Talibã ao poder no Afeganistão.

c) à intensificação das correntes migratórias, com grandes contingentes de imigrantes buscando residência em países onde a pandemia de covid-19 já se mostra sob controle.

d) às divergências entre a União Europeia e Belarus, alvo de sanções políticas e econômicas do bloco europeu.

98. “O desfecho da conferência climática COP26, que se encerrou no sábado (13/11) em Glasgow (Reino Unido) com um acordo assinado por quase 200 países, colocou a Índia e a China sob os holofotes.”

Disponível em: <https://tinyurl.com/4f4pp6dc>. Acesso em: 13/12/2021.

O motivo, mencionado no texto, de os dois países estarem sob os holofotes relaciona-se ao fato de:

- a) serem os únicos países do G20, grupo dos principais países desenvolvidos e em desenvolvimento do mundo, a se recusarem a assinar o acordo.
- b) não estipularem metas de combate ao desmatamento, mesmo tendo grandes áreas florestais.
- c) pressionarem por uma mudança-chave no texto, no trecho que falava em abandono gradual do uso de carvão e subsídios a combustíveis fósseis.
- d) deixarem a conferência antes do seu término, por não concordarem com certas posições que lhes foram atribuídas.

99. “Abdulrazak Gurnah, romancista tanzaniano, ganhou o Prêmio Nobel de Literatura 2021. O anúncio foi feito na manhã desta quinta-feira (7 out.) pela Academia Sueca.”

Disponível em: <https://tinyurl.com/4afpn7mv>.
Acesso em: 13/12/2021.

Segundo a Academia, o prêmio foi concedido

- a) por sua penetração intransigente e compassiva dos efeitos do colonialismo e do destino do refugiado no abismo entre culturas e continentes.
- b) por sua narrativa imaginativa, que, com paixão enciclopédica, representa o cruzar de fronteiras como forma de vida.
- c) por seu influente trabalho, que, com engenhosidade linguística, explorou a periferia e a especificidade da experiência humana.
- d) por sua inconfundível voz poética, que, com uma beleza austera, torna universal a existência individual.

100. “A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) encerrou nesta sexta-feira (5 nov.) o leilão do 5G, a nova geração de internet móvel. É o primeiro passo para a operação no Brasil.”

Disponível em: <https://tinyurl.com/2p8u6cw8>.
Acesso em: 13/12/2021.

Sobre o assunto e seus múltiplos aspectos relacionados, são feitas as seguintes afirmativas:

I - A principal inovação do 5G diz respeito à sua menor latência, ou seja, um tempo mínimo de resposta entre um aparelho e os servidores de internet.

II - Barrada nos Estados Unidos, Reino Unido e Austrália, a Huawei conquistou alguns lotes de faixas disponíveis no leilão do 5G.

III - Tecnologias como os carros autônomos e a telemedicina, bem como a chamada "indústria 4.0", devem avançar com a implantação da 5G no mundo.

Estão corretas as alternativas:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Cartório-SP-19-12>

Conheça nossa assinatura

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

CONFIRA: [CURSOS PARA CARTÓRIOS](#)
